



MUDANÇAS MULTIDIMENSIONAIS NO MUNDO DO TRABALHO: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE SUAS CONSEQUÊNCIAS

MACHADO, Thaise Torsani Lemos¹
SANTANA, Thamara Larissa Torres de²
LOPES, Vanessa Martins Galhardo³

RESUMO

Este artigo traz reflexões teóricas sobre o processo de transformação no mundo do trabalho nas últimas décadas e seus rebatimentos para os trabalhadores, contextualizando a nova 'morfologia' e a 'nova conformação da classe trabalhadora', de acordo com expressões de Ricardo Antunes. Tem-se como proposta analisar a forma de organização do trabalho, problematizando essa lógica de flexibilização produtiva, bem como as características e consequências dessas transformações para a classe que vive do trabalho, além de ensejar o debate sobre os desafios que o movimento dos trabalhadores enfrenta para efetivação dos Direitos e ampliação da Cidadania.

Palavras-chave: Trabalho; Flexibilização; Intensificação.

INTRODUÇÃO

Na atualidade as bases do trabalho, em resposta ao fracasso da forma de organização taylorista/fordista, têm se dado a partir da lógica toyotista, na qual os cronômetros e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção e também dos trabalhadores, com objetivo de adequar as novas formas de produção ao mercado, intensificando o processo de trabalho e buscando cada vez mais trabalhadores polivalentes e multifuncionais.

As respostas a esse processo de reestruturação produtiva têm sido formas de trabalho precários, parciais, temporários e terceirizados vinculados a economia informal e, com isso, tem-se a precariedade do emprego, desregulamentação das condições de trabalho, em sua forma mais perversa possível, flexibilização dos direitos do trabalhador, ausência de proteção e expressão sindicais, além da feminilização da mão-de-obra com salários mais baixos e inserindo idosos e crianças no mercado de trabalho. A intensificação do trabalho também um fenômeno presente nesta era da reestruturação, que não

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, brasileira, thaisemachado16@gmail.com.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, brasileira, thamara.itsantana@gmail.com.

³ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, brasileira, galhardovanessa@hotmail.com.



necessariamente está ligada apenas as jornadas, mas as outros aspectos, como veremos ao decorrer deste trabalho.

Esse cenário tem sido chamado de a nova morfologia do trabalho, conforme considera Antunes, que por sua vez, questiona o nível e forma de combate pelos organismos classistas. É importante frisar que os sindicatos e demais entidades têm buscado oferecer alternativas; no entanto, os esforços dessas instituições não têm acompanhado a mesma velocidade do processo de precarização e desregulamentação dos direitos dos trabalhadores.

Não pretendemos esgotar todas as mudanças neste ensaio, apenas apontar as mais relevantes e tecer breves discussões. O estudo mais aprofundado de cada alteração é necessário, bem como incitar o debate sobre, pois se tratam de mudanças que se iniciaram no século passado, mas que estão se intensificando neste.

1 A GÊNESE DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Ao desenvolver uma análise de conjuntura das três últimas décadas do século XX, décadas marcadas por uma crise de superprodução do capitalismo, verifica-se a reestruturação produtiva iniciada na década de 70. Essa reestruturação vem como resposta à crise do padrão de acumulação até então vigente, e concomitante à ideologia neoliberal interferiu (e interfere) em grande medida na organização da produção, bem como nas esferas do Estado, da Sociedade Civil e das Políticas públicas. É no movimento dessa década que emerge as transformações societárias que vão orientar e marcar os próximos decênios.

Em fins dos anos 60, já se identificava sinais de esgotamento da fase expansiva do capitalismo maduro, do pacto keynesiano-fordista, do pleno emprego e da social-democracia entrando assim em um período de estagnação a partir dos anos 1970. O que se observa nesse período de estagnação e de crise é o forte descolamento do trabalho vivo pelo morto, aceleração da inovação tecnológica, agravamento do desemprego e automação. O que ocorreu realmente foi uma crise de superprodução. Assim *“chegava ao fim do padrão de crescimento que, desde o segundo pós-guerra e por quase trinta anos (as três décadas gloriosas do capitalismo monopolista), sustentara, com suas ondas longas expansivas, o pacto de classe expresso no Welfare State”* (NETTO, 90, 1996).

Com o fim do padrão capitalista monopolista fundado no regime de acumulação rígido do pacto keynesiano-fordista, emerge então um novo quadro respaldado pelo regime de acumulação flexível. A transição do rígido pro flexível compreende no interior do campo de inflexões do movimento do capital, bem como as transformações societárias que também



se desenvolvem nesse complexo movimento do capital, cheio de contradições, possibilidades e limites.

Para Antunes (2009, p. 47), essas mutações, iniciadas nos anos 70 seriam responsáveis pela instauração de uma nova forma de organização industrial e de relacionamento entre o capital e o trabalho, buscando um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente. Além disso, é uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, que fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções; essa produção se estrutura num processo produtivo flexível, demandando ao trabalhador operar várias máquinas ao mesmo tempo. Essas empresas do complexo produtivo toyotista, têm uma estrutura horizontalizada, ou seja, transfere a “terceiros” grande parte do que antes era produzido dentro de seu espaço produtivo (ANTUNES, 2009, p. 53).

Esse processo de produção de tipo toyotista, supõe portanto uma intensificação da exploração do trabalho, pois os trabalhadores passaram a operar várias máquinas diferentes ao mesmo tempo, intensificando o ritmo e a velocidade da cadeia produtiva. Isso sem mencionar o enorme processo de destruição da força humana de trabalho, causada pelo processo de liofilização organizativa da “empresa enxuta”, um processo no qual substâncias vivas são eliminadas – trata-se do trabalho vivo – que é substituído pelo maquinário técnico-científico, pelo trabalho morto (ANTUNES, 2009, p. 57).

Nessas circunstâncias de dimensões da diversidade, heterogeneidade e complexidade da classe trabalhadora temos a frequente redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual. Essa redução tem diminuído devido a reestruturação produtiva do capital, a expansão ocidental do toyotismo, a flexibilização, a introdução da máquina informatizada, pelo computador (que permite relações diretas), e a introdução de novas formas de trabalho doméstico.

Por outro lado, um enorme incremento do “novo proletariado” fabril e de serviços, que se traduz pelo impressionante crescimento do trabalho precarizado, sendo esse, o novo subproletariado, que são os “terceirizados”, subcontratados, part time, entre outros.

Para Antunes (2009, p. 3) em sua pesquisa sobre “Os sentidos do trabalho”, consegue com sucesso reter a complexidade dialética dos problemas discutidos, quando outros poderiam ficar tentados a oferecer interpretações unilaterais. Nesse sentido, por exemplo, ele nos diz que o significativo aumento do trabalho feminino representa indiscutivelmente uma emancipação parcial das mulheres, mas, ao mesmo tempo, mostra que o capital incorpora o trabalho feminino em sua divisão social e sexual do trabalho, tendo em vista essa força de trabalho feminina maior precarização e exploração.

Assim, segundo Antunes (2009),



Se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social. Isso porque, o sentido do trabalho que estrutura o capital acaba sendo desestruturante para a humanidade; na contrapartida, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade é potencialmente desestruturante para o capital (ANTUNES, 2009, p. 12).

Logo, essa contraditoriedade do trabalho, que ao mesmo tempo emancipa ele aliena, nos mostra que é de extrema importância o estudo sobre o trabalho humano, onde um de seus maiores desafios é dar sentido à vida dentro e fora do trabalho. Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, principalmente no mundo do trabalho precarizado, desregulamentado e também no que concerne direitos e condições de trabalho.

Segundo Antunes (2009, p. 105),

na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades baseadas em capital intensivo, são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as).

Logo, a expansão do trabalho feminino está associada a um trabalho mais precarizado, marcado pela informalidade com desníveis salariais em relação aos homens e jornadas de trabalho mais prolongadas.

Outro ponto pertinente sobre esse tema é no sentido de que a mulher trabalhadora realiza atividade duplamente, dentro e fora de casa, pois homens e mulheres desde a família e escola, são diferentemente qualificados e capacitados para o mundo do trabalho, assim o capitalismo sabe se apropriar desigualmente dessa divisão sexual do trabalho.

Analisando uma fábrica tradicional de alimentos na Inglaterra, a autora Pollert nos mostra que, nas áreas de trabalho mais valorizadas na fabricação de chocolate predominam os homens trabalhadores e nas áreas ainda mais rotinizadas, que envolvem o trabalho manual, tem sido crescente a presença feminina.

Segundo Hirata (1995, p. 86), em um estudo comparativo entre Japão, França e Brasil, abarcando as empresas matrizes e as suas filiais, a autora, em função da divisão sexual do trabalho e do corte Norte-Sul, constatou uma variedade na organização e gestão da força de trabalho, segundo ela,

No que concerne à organização do trabalho, a primeira conclusão é que nos estabelecimentos dos três países o pessoal envolvido era masculino ou feminino segundo o tipo de máquinas, o tipo de trabalho e a organização do trabalho. O trabalho manual e repetitivo era atribuído às mulheres e aquele



que requeria conhecimentos técnicos era atribuído aos homens (HIRATA, 1995).

Portanto, como diz Antunes (2009, p. 110) a luta das mulheres por sua emancipação é uma ação contra as formas histórico-sociais da opressão masculina, que é pré-capitalista, e encontra vigência sob o domínio do capital; além disso será também pós-capitalista, pois o fim da sociedade de classes não significa direta e imediatamente o fim da opressão de gênero.

2 CONSEQUÊNCIAS DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO PARA OS TRABALHADORES

Dentre as metamorfoses do mundo do trabalho, outra tendência que vêm se caracterizando é a expansão dos assalariados médios e de serviços, que permitiu a incorporação de contingentes oriundos do processo de reestruturação produtiva e da desindustrialização, mutações organizacionais e tecnológicas, mudanças nas formas de gestão, também vêm afetando o setor de serviços, que cada vez mais se submete à racionalidade do capital, como por exemplo, as privatizações dos serviços públicos (ANTUNES, 2009, p. 111).

Tem ocorrido também uma expansão do trabalho no denominado “terceiro setor”, que assume uma forma alternativa de ocupação, com empresas de perfil mais comunitário, por formas de trabalho voluntário, sem fins diretamente lucrativos.

Segundo Antunes (2009, p. 114), outro aspecto é a expansão do trabalho a domicílio, ou trabalho informal, com a introdução da telemática, bem como a expansão das formas de flexibilização e precarização do trabalho, com a necessidade de atender a um mercado cada vez mais “individualizado”.

Nesse sentido, essas duas últimas tendências, a do “Terceiro Setor” e a do “trabalho em domicílio”, se encontram ainda muito limitadas, pois: o terceiro setor, se compõe de formas de trabalho comunitário e assistencial, tentando suprir em parte aquelas esferas de atividade que eram anteriormente realizadas pelo Estado, e o trabalho em domicílio, sua utilização não pode abranger inúmeros setores produtivos, como a empresa automobilística, a siderurgia, a petroquímica e etc.

Esses elementos demonstram que o capitalismo contemporâneo não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, mas na complexificação, utilização e intensificação, de maneira diversificada, acentuada e precarizada, materializando-se a



desconstrução dos direitos sociais do trabalho, a superexploração do trabalho, as privatizações e o quantitativo de subproletarizados, terceirizados e subempregados⁴.

Dentre as consequências desse modelo de acumulação flexível estão, a alta rotatividade da mão de obra, o baixo nível de sindicalização, o enfraquecimento dos sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas, a instabilidade para os trabalhadores, além de crescente desemprego.

É importante trazer essa discussão dos sindicatos, devido a importância do seu papel. Esse cenário traz desafios exponenciais aos sindicatos e movimentos sociais, quais sejam: organizar sindicalmente e de maneira ampliada os trabalhadores; reconhecer a nova morfologia do trabalho envolvendo as dimensões *gênero*, *geração* e *etnia*; incorporar as novas categorias de trabalhadores; romper com o neocorporativismo e com as tendências de institucionalização e burocratização; reverter a tendência redutiva do sindicato ao setor fabril; estruturar-se de forma a assegurar a organização pelas bases; resgatar o sentido de pertencimento de classe; pensar em formas internacionais de ação e romper a barreira entre lutas econômica e política, articulando e fundindo as lutas sociais.

Antunes passa, então, com base no legado de Marx, a propor a necessidade de construção de um novo metabolismo social, cujo modo de vida se baseie na atividade autodeterminada, no tempo disponível, superando o modelo capitalista de heterodeterminação “desprovido de orientação humano-societal” (p. 57), que subordina o trabalho, agora assalariado e fetichizado, ao capital.

Indica, então, que compreender o sistema de metabolismo social do capital, constituído pelo tripé *capital*, *trabalho* e *Estado*, é condição imprescindível à realização de um balanço substancial do século XX, e à busca de superação de tal sistema, no qual o trabalho está subordinado ao capital. Tal compreensão, junto à análise crítica dos experimentos socialistas do século XX (com resultados trágicos, posto que individuais) e à clareza de que é em nível simultaneamente nacional, continental e mundial que a mesma se deve processar, são campos fecundos para se pensar o socialismo no século XXI.

Vale destacar a importância, no início do século XXI, dos movimentos populares, das novas formas de organização dos trabalhadores, da compreensão da nova morfologia do trabalho (mais complexa e heterogênea que outrora) e das lutas sociais com perfil extraparlamentar, contra o modelo destrutivo do capital. É a busca da reconquista do humano pela indissociabilidade entre luta social e luta política, com amplitude internacional, em um novo projeto societal socialista.

⁴ Essas categorias podem ser discutidas amplamente em algumas partes da obra de Antunes (2009).



2.1 A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

Para Rosso (2008) o mais recente movimento de intensificação do trabalho iniciou em 1980 e se estende até os dias atuais. Ao definir trabalho como a transformação da natureza realizada pelos seres humanos (Marx, 1973), consideramos que há necessidade de utilizar instrumentos para que essa transformação ocorra, posteriori a teleologia. O conceito de intensificação permeia essa transformação, por meio dispêndio de fatores físicos, emocionais, intelectuais e relacionais.

É importante destacar que a intensificação do trabalho não tem relação com as máquinas, mas sim com questões relacionadas ao trabalhador. Não algo isolado, como apenas esforço físico, são outros elementos:

[...] a intensidade é, portanto, mais que esforço físico, pois envolve todos as capacidades do trabalhador, sejam as de seu corpo, a acuidade de sua mente, a afetividade despendida ou os saberes adquiridos, através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização. (ROSSO, 2008, p. 21)

Sendo assim, resolvemos destacar a intensificação por entender que a partir do momento que temos elementos – expostos por Rosso – para analisarmos a intensificação como uma categoria e consequência presente em diferentes espaços de trabalhos, previamente, notamos que as mudanças e alterações no mundo do trabalho não se restringe a um setor, as transformações se estenderam para condições subjetivas e objetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Antunes (2009), a expressão classe-que-vive-do-trabalho pretende, dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital.

A classe-que-vive-do-trabalho ou classe trabalhadora, atualmente inclui aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho, ou seja, trabalhadores produtivos e improdutivos. Por outro lado, exclui gestores do capital, altos funcionários, que recebem rendimentos elevados, aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros, os pequenos empresários e ainda, a pequena burguesia urbana e rural proprietária.



Logo, compreender contemporaneamente a classe-que-vive-do-trabalho desse modo ampliado, como sinônimo da classe trabalhadora, permite reconhecer que o mundo do trabalho vem sofrendo diversas mutações importantes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy(orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DRUCK, Graça, THÉBAUD-MONY, Annie. A terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia (orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

HIRATA, Helena. (1995) “Rapports Sociaux de Sexe et Division du Travail”. In BIDET, Jacques e TEXIER, Jacques. **La Crise du Travail, Actuel Marx Confrontation**. Presses Universitaires de France, Paris.

Karl Marx, **Grundrisse Foundations of the critique of political economy** (Nove York, Vintage Books, 1973).

NETTO, Jose Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise retrospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**. N.50. Ano XVIII. São Paulo: Cortez, 1996.